

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

CLEBER FAUSTINO DE MELO

**A AUSÊNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DE
ENSINO INFANTIL DO RECIFE**

RECIFE
2023

CLEBER FAUSTINO DE MELO

**A AUSÊNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DE
ENSINO INFANTIL DO RECIFE**

Monografia apresentado à disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão De Curso II do Curso de Educação Física do Departamento de Educação Física, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para a aprovação na disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão De Curso II.

Orientador Prof. Ms. Alessandro Spencer de Souza Holanda

RECIFE
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Faustino, Cleber .

A AUSÊNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS
DE ENSINO INFANTIL DO RECIFE / Cleber Faustino. - Recife, 2023.

48

Orientador(a): Alessandro Spencer
(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da
Saúde, , 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Educação . 2. Educação Infantil. 3. Professor Educação Física. 4. Lei de
Diretrizes e Bases (LDB). 5. Rede Municipal de Ensino do Recife. I. Spencer,
Alessandro . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLEBER FAUSTINO DE MELO

A AUSÊNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL DO RECIFE

Monografia apresentada à disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão De Curso II do Curso de Educação Física (Modalidade), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito final.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Alana Carolina Costa Vêras

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

BANCA EXAMINADORA

Edilson Laurentino dos Santos

Faculdade Salesiana do Nordeste (FASNE)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela força e discernimento nessa árdua jornada de estudos e pesquisas dentro da universidade. Aos meus pais que não mediram esforços para que seus filhos pudessem concluir o nível superior tão almejado por eles. Aos meus colegas de faculdade que de forma direta ou indireta estiveram junto à mim nesta caminhada de estudos, aos professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que sempre estiveram dispostos a compartilhar seus conhecimentos e nos incentivaram a buscar novas formas do saber e colocá-los em prática, e em especial ao meu professor e orientador Alessandro Spencer de Souza Holanda que acreditou em mim e na proposta deste trabalho de buscar entender, refletir e discutir a temática da ausência do professor de educação física no ensino infantil do Recife.

EPÍGRAFE

“Um livro, uma caneta, uma criança e um professor podem mudar o mundo”.

Malala Yousafza

RESUMO

O presente estudo buscou alcançar o entendimento sobre a temática da ausência do professor de educação física, à frente da educação infantil do município do Recife. Para isso, se fez necessário primeiramente um trabalho de pesquisa para se ter um conhecimento mais profundo sobre a história da educação física no Brasil e no mundo. Trazer esse entendimento se mostrou de fundamental importância para enxergarmos a atividade física e a sua aplicabilidade dentro do ambiente escolar, sobretudo no ensino infantil. Após observado o aspecto histórico, o trabalho passa a buscar de forma mais detalhada fontes oficiais como a prefeitura da cidade do Recife e sua secretaria de educação para obtenção de dados relativos à sua rede de ensino, mais especificamente no que tange a educação infantil (creches e pré-escolas), para termos uma noção da abrangência dessa modalidade de ensino no município. Esse estudo é caracterizado por sua natureza básica, de caráter qualitativo, cujo objetivo é exploratório e de delineamento de pesquisa bibliográfica. Dentre os principais resultados e hipóteses apresentadas pelo estudo como fatores importantes para a ausência do professor de educação física no ensino infantil temos: Os fatores econômicos, as lacunas na legislação e as questões políticas como aspectos mais relevantes para a ausência do professor de educação física no âmbito da educação infantil no país, que se aplica também ao cenário e a realidade da capital pernambucana, o Recife. Na pesquisa pudemos também captar um pouco da importância do professor de educação física no seu âmbito de atuação de maneira geral e na educação infantil. Como resultados pudemos concluir através da pesquisa que realmente, a educação infantil no município do Recife não conta com professores de educação física à frente do ensino da disciplina ou no campo de experiência preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Corpo, gestos e movimentos.

Palavras-Chave: educação física, educação infantil, professor de educação física, rede municipal, Recife

ABSTRACT

The present study sought to reach an understanding about the theme of the absence of the physical education teacher, at the head of early childhood education in the city of Recife. For this, a research work was first necessary to have a deeper knowledge about the history of physical education in Brazil and in the world. Bringing this understanding proved to be of fundamental importance for us to see physical activity and its applicability within the school environment, especially in early childhood education. After observing the historical aspect, the work proceeds to seek in more detail official sources such as the city hall of Recife and its secretary of education to obtain data related to its teaching network, more specifically with regard to early childhood education (kindergartens and pre-schools), in order to have an idea of the scope of this type of education in the city. This study is characterized by its basic nature, of a qualitative nature, whose objective is exploratory and outlining a bibliographical research. Among the main results and hypotheses presented by the study as important factors for the absence of physical education teachers in kindergarten, we have: Economic factors, gaps in legislation and political issues as the most relevant aspects for the absence of physical education teachers in children's education. scope of early childhood education in the country, which also applies to the scenario and reality of the capital of Pernambuco, Recife. In the research we were also able to capture a little of the importance of the physical education teacher in their scope of action in general and in early childhood education. As a result, we were able to conclude through the research that, in fact, early childhood education in the city of Recife does not have physical education teachers at the forefront of teaching the discipline or in the field of experience recommended by the National Common Curricular Base (BNCC), Body, gestures and movements.

Keywords: physical education, early childhood education, physical education teacher, municipal network, Recife

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE - Constituição Estadual

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONFEF - Conselho Federal de Educação Física

CP II - Colégio Imperial de Pedro Segundo

CREF12 /PE - Conselho Regional de Educação Física Pernambuco

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DOU - Diário Oficial da União

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

IGMA - Índice de Gestão Municipal Aquila

MEC - Ministério da Educação

PCR - Prefeitura da Cidade do Recife

PL - Projeto de Lei

RISF - Regulamento Interno do Senado Federal

SE - Secretaria de Educação

SIMPERE - Sindicato Municipal dos Professores de Ensino da Rede Oficial do Recife

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
OBJETIVO GERAL	13
OBJETIVO ESPECÍFICO	13
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	14
3.1 INSTRUMENTOS	14
3.2 PROCEDIMENTOS	15
4 REVISÃO DE LITERATURA/MARCO TEÓRICO	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	45
ANEXO	47

INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão sobre a temática da ausência do professor de educação física no ensino infantil do Recife, se faz necessário fazer uma viagem no tempo para que possamos resgatar o passado das atividades físicas no mundo e mais especificamente no Brasil, com à sua cultura, costumes e natureza tão peculiar. Para isso, precisamos entender que a educação física surge das necessidades sociais de cada período da história (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Começaremos nossos estudos pelo entendimento da importância das atividades físicas para a sobrevivência e conseqüentemente desenvolvimento do homem pré-histórico em seus mais diversos aspectos sociais como: as relações econômicas, políticas e sociais do período, advindas do uso do movimento do corpo humano e suas capacidades físicas como a força, a velocidade e a resistência em busca da sua própria sobrevivência (OLIVEIRA,1983).

Em seguida, iremos compreender um pouco da história da educação física pelo mundo, passando pelos principais estudos e movimentos do século XIX, pois, foi nesse período histórico que começam a ser elaborados os primeiros conceitos básicos sobre o corpo e a utilização do mesmo como força de trabalho da sociedade francesa, na época, dividida entre burguesia e classe operária. (SOARES, 2017).

Logo após, mergulhamos na história do Brasil no seu período colonial, primeiramente para entendermos como foi a relação de coexistência das atividades físicas e os povos indígenas brasileiros (primeiros habitantes do nosso país). Compreenderemos a utilização das atividades físicas por parte dos jesuítas para o processo de catequização dos índios no Brasil, bem como a importância dos povos africanos para as atividades físicas no país. (SOARES, 2012, p.3-5).

Sobre o Brasil imperial, lançaremos um olhar de análise com o intuito de entender como a formação político administrativa da época influenciou e ditou as normas para o surgimento e desenvolvimento do ensino da ginástica dentro das instituições de ensino público e privado do país. Veremos que alguns aspectos atuais da educação física se remetem ao período imperial brasileiro. (BRASIL,1854)

No Brasil republicano, analisaremos as principais reformas educacionais que tiveram por objetivo a inclusão, organização e manutenção do ensino da ginástica nas escolas

brasileiras, que posteriormente abriu caminho para o estudo da educação física que conhecemos hoje, em seus mais diversos níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). (LIMA, 2012)

Após esse primeiro momento de revisitação histórica da educação física, passaremos a buscar o entendimento do cenário atual da educação física no contexto da educação infantil do Recife. Para isso, foi feito o mapeamento da rede de ensino infantil do Recife em busca de informações que pudessem trazer um raio x dessa rede de ensino e responder a questão da existência ou não de professores de educação física no ensino infantil municipal.

Em seguida, buscaremos a identificação de possíveis fatores e entraves que impossibilitam que os professores de educação física, habilitados por formação, possam atuar dentro das escolas de ensino infantil (creches e pré-escolas) do país e em especial nas instituições de ensino infantil da capital pernambucana, a cidade do Recife.

Esse estudo tem sua justificativa baseada primeiramente na inquietação como estudante, que em sua trajetória dentro da educação infantil não teve aulas de educação física e que posteriormente tornou-se um discente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e que foi provocado a indagar-se sobre a falta de professores de educação física na educação infantil do país.

Academicamente, esse trabalho se motiva a ser mais uma fonte de pesquisa e de estudo sobre a temática da ausência do professor de educação física na educação infantil, especialmente na cidade do Recife. Socialmente podemos destacar a importância desta pesquisa na perspectiva do conhecimento e da reflexão do tema para o crescimento individual e coletivo da sociedade e de cada cidadão.

Esse estudo, tem por característica a pesquisa básica, por buscar gerar novos conhecimentos que nos ajudarão na compreensão do porquê da ausência de professores de educação física nas escolas de ensino infantil do Recife. A busca por esse entendimento nos ajudou a discutir até onde as questões políticas, financeiras e de legislação são de alguma forma preponderantes para a não adoção de professores de educação física no ensino infantil.

2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar a ausência do professor de Educação Física dentro das escolas na educação infantil do Recife.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Resgatar aspectos da história da educação no Brasil e no mundo.
- Explicar a legislação educacional do Brasil.
- Investigar a não utilização do professor de educação física no ensino infantil em Recife.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa busca não sua aplicação prática, mas sim, se materializar através da compreensão dos principais motivos que levam a Prefeitura da Cidade do Recife a não ter em sua rede de ensino infantil professores de educação física. Por esse motivo, este trabalho tem sua natureza de pesquisa básica. “Objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS 2010, p 26).

Trata-se de um estudo caracterizado pelo seu cunho qualitativo, por se referir a uma relação intrínseca entre o sujeito e o meio em que vive, não havendo separação entre ambos. Ela não pode ser traduzida somente por números. Quanto a sua abordagem, a pesquisa tem sua classificação como exploratória, cuja intenção é proporcionar uma visão mais geral do problema, tornando-o mais próximo. Já o seu delineamento de estudos, foi realizado através de procedimentos técnicos como o estudo e a pesquisa bibliográfica.

Para esse estudo foram utilizados como fontes de pesquisas a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e projetos de leis (PL), que atualmente se encontram indeferidas, arquivados ou em espera por votação nas câmaras de vereadores, deputados ou senado federal. Essas PL foram obtidas através dos sites institucionais do governo.

3.1 INSTRUMENTOS

Para obtenção de dados e a coleta de informações da junto a prefeitura do Recife e sua secretaria de educação optou-se pela utilização de dois questionários. O primeiro deles contava com um total de nove perguntas e tinha por objetivo um melhor entendimento sobre o funcionamento da rede municipal de ensino da capital pernambucana como um todo e mais especificamente a educação infantil.

As duas primeiras perguntas tinham por objetivo dar um norte quanto ao número de instituições de ensino que compunham a rede municipal do Recife em 2022. Essa informação é importante pois com ela conseguimos distinguir do montante de instituições de ensino dedicadas exclusivamente à educação infantil. Já a pergunta três tinha por objetivo delimitar uma Região Político Administrativa (RPA), para o estudo. A região escolhida foi a RPA 5, que abrange a zona sudeste do Recife.

As perguntas quatro e cinco visam entender o quantitativo de professores da rede municipal de forma geral, e mais especificamente de professores o número de professores de educação física que compunham a rede municipal de ensino em 2022. Saber o quantitativo de professores se faz importante para se traçar uma possível distribuição e relação desses professores diante do número total de escolas existentes dentro do município.

A pergunta seis foi a base fundamental do trabalho. O objetivo dela era confirmar ou refutar a tese da ausência do professor de educação física dentro da educação infantil municipal. A questão sete retoma a questão do estudo dentro da RPA 5 casos houvesse a confirmação da existência de professores de educação física na educação infantil.

As questões oito e nove buscam entender junto à prefeitura da cidade do Recife, quais são os profissionais que atuam hoje na educação infantil municipal e o porquê da ausência de professores de educação física nessa modalidade de ensino. Vale salientar que a educação física dentro da educação infantil se encontra dentro do campo de experiência do corpo, gestos e movimentos como preconiza a BNCC.

Já o segundo questionário, composto por quatro perguntas, teve por objetivo saber o número de instituições de educação infantil do Recife separadas por suas modalidades de ensino (creches e pré-escolas) em 2022. Bem como saber o quantitativo de alunos atendidos nessas duas modalidades no ano de 2022.

Os dois questionários juntos foram responsáveis por traçar um raio x da rede municipal de ensino do Recife em 2022. Com eles podemos entender os números de creches, pré-escolas e escolas que compõem a rede municipal de ensino bem como o quantitativo de professores em especial de professores de educação física que fazem parte da rede de ensino e principalmente o número de alunos que foram assistidos pela rede de educação municipal.

3.2 PROCEDIMENTOS

As primeiras fases da pesquisa tiveram início com a escolha do tema, etapa fundamental do estudo, por conter a grande questão a ser esclarecida no decorrer da pesquisa. Nela encontramos ou não a viabilidade do trabalho. “Exige sempre um estudo exploratório muito sério, pois dela depende, em grande parte, o sucesso do trabalho” (D’ONOFRIO, 1999, p. 42 apud KAUARK, 2010 p 29).

Após a definição do tema do trabalho teve início a busca por informações relevantes concretas (coletas de dados). A primeira consulta foi feita à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), através da sua secretaria de educação. O objetivo era verificar se realmente existia a ausência de professores de educação física lecionando em sua rede no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas).

Para averiguação dessa informação, foram produzidos dois questionários contendo 13 perguntas que procuravam nortear o rumo da pesquisa. No documento constavam perguntas como: o número de escolas da rede municipal do Recife e número de professores de forma geral e mais especificamente a educação infantil o número de instituições e de professores de educação física que atendem esse público.

A decisão pela utilização do questionário como ferramenta de obtenção de dados neste trabalho, junto à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e sua secretaria de educação se justifica pelo fato do seu formato ser mais direto e objetivo. “Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas”. (GIL,2008, p.121).

Todo o contato com a prefeitura e sua secretaria de educação foi feito por meio da troca de e-mails, contato telefônico e pelos dos canais oficiais de comunicação dos órgãos envolvidos, que foram, a sua ouvidoria e o portal da transparência. Além de pesquisas próprias realizadas no site das duas instituições, tendo sido o primeiro contato realizado no dia 6 de junho de 2022.

Na mesma data, foram enviados e-mails para Sindicato Municipal dos Professores de Ensino da Rede Oficial do Recife (SIMPERE) e para Conselho Regional de Educação Física Pernambuco (CREF12 /PE). Para ambas as instituições foi solicitada uma posição quanto a ausência de professores de educação física no ensino infantil do Recife. O objetivo era saber se existia algum tipo de discussão sobre a temática da falta de professores de educação física no ensino infantil.

Enquanto aguardava as respostas dos órgãos e instituições envolvidas, iniciava o trabalho de pesquisa bibliográfica mais detalhado com a utilização das plataformas, Google, Google Acadêmico e Scielo, e os portais do Ministério da Educação (MEC), das Câmaras de Vereadores do Recife, Olinda e Jaboatão além das Câmara dos Deputados Federais e do Senado Federal.

A análise desses sites tinha por objetivo encontrar artigos, livros, teses, leis e projetos de leis que pudessem embasar o estudo. Fomentando argumentos que viessem a esclarecer o porquê da ausência do professor de educação física no ensino infantil no país como um todo, e mais especificamente na cidade do Recife. Além de buscar argumentos que pudessem dar um norte sobre o futuro da educação infantil quanto a presença ou não de professores de educação física nessa modalidade de ensino.

No dia 27 de julho de 2022 (21 dias após o envio do questionário a prefeitura do Recife) recebi as respostas solicitadas à secretaria de educação do Recife. Ao ler foi percebido a necessidade de obtenção de mais algumas informações quanto a rede de educação infantil do Recife. E no dia 6 de julho de 2022 foi encaminhado outro e-mail (questionário) para secretaria de educação buscando informações como o número de alunos atendidos pelas creches e pré-escolas do município.

11 dias após a segunda solicitação de informações (17 de julho de 2022) recebemos da prefeitura os dados solicitados para o andamento da pesquisa. Sem a obtenção de respostas do CREF12 /PE e SIMPERE passamos a fazer novas pesquisas nos portais das duas instituições encontrando apenas notícias sobre a leis e projetos de leis que traziam relação com o tema mas envolviam as cidades de Olinda e de Jaboatão dos Guararapes.

Com o avançar das pesquisas, começam a surgir cenários que podem nos ajudar a responder sobre a ausência do professor de educação física nas escolas de ensino infantil do Recife. Tais cenários, fizeram com que fosse necessário o levantamento de mais dados que pudessem confirmar ou refutar as hipóteses existentes para a ausência dos professores de educação física no ensino infantil.

Sendo assim, o trabalho de pesquisa voltou seu foco mais para o entendimento dos trâmites dos poderes legislativos e executivos do governo nas suas esferas municipais, estaduais e federal. Essa busca foi de fundamental importância para o entendimento dos projetos até virarem leis no país.

4 REVISÃO DE LITERATURA/MARCO TEÓRICO

A Atividade Física na Pré-História

A constante busca pela sobrevivência fez com que o homem primitivo vivesse em um permanente processo de adaptações junto ao meio em que o rodeava. Segundo Oliveira (1983), esse processo adaptativo fez com que o ser humano ganhasse um papel de destaque dentro do reino animal. “Sua supremacia no reino animal deveu-se, no plano psicomotor, ao domínio de um gesto que lhe era próprio”. (OLIVEIRA, 1983, p8)

Além das atividades físicas voltadas à sobrevivência do homem, a pré-história apresenta outros tipos de manifestações corporais importantes, como por exemplo a dança e o jogo. A primeira tinha um caráter mais ritualístico, pois estava ligada às questões mais místicas. Já os jogos, como: salto em altura, a corrida e a utilização da bola tratavam de valores mais ligados à ética e à moral. Vale salientar que as crianças repetiam as atividades dos homens mais velhos como uma preparação para a vida adulta. (OLIVEIRA, 1983).

Com passar dos anos o homem e as atividades físicas foram se desenvolvendo e ganhando as mais diversas funções dentro de cada sociedade em seus processos civilizatórios como por exemplo os chineses que parecem ter sido um dos primeiros povos a racionalizar o movimento humano, criando o mais antigo sistema de ginástica terapêutica de que se tem notícia, o Kong-Fou, os Indianos com o hatha-yoga (ginástica de posição com respiração específica) e os egípcios com seu aperfeiçoamento no campo dos esportes (OLIVEIRA, 1983).

Ao falarmos de esportes e a sua relação com a educação física não podemos deixar de destacar o importante papel da Grécia nesse quesito, como relata Rubio (2002). “O caminho da educação integral, ou “Paidéia” como a chamavam os gregos, não era possível sem a Educação Física”. (RUBIO,2002 p.131). Rubio segue a sua tese ao afirmar “ Aos gregos devemos a máxima: Não há educação sem esporte, não há beleza sem esporte”. (RUBIO,2002 p.131).

Heródoto conta que essa dedicação aos Jogos era o resultado de uma nobre Educação Física praticada por amor a si em honra aos deuses. Ele conta que em 480 a.C., o rei Xerxes conduziu os exércitos do Oriente através do Helesponto, conquistou a Tesália, abriu por traição o paço marítimo das Termópilas e entrou na Grécia, que estava, ao que parecia, desprevenida e indefesa. Ao interrogar uns desertores famintos da Arcádia, perguntou-lhes sobre o que faziam os gregos naqueles momentos cruciais. A inesperada resposta foi: ‘Estão celebrando as Olimpíadas’ (75a. Olimpíada) ” (RUBIO,2002 p.132).

A Educação Física e os Métodos de Ginástica Europeus do século XIX

Para Soares (1983), o século XIX é um período da história importante para a compreensão do que seja a Educação Física, pois foi nele, que foram desenvolvidos os primeiros conceitos sobre o corpo e a sua utilização como força motriz de trabalho. Nesse período também surgem os Métodos Ginásticos Europeus e suas referidas escolas que são: a escola francesa, alemã, sueca e a inglesa.

Método Francês

O método francês foi inicialmente desenvolvido pelo espanhol naturalizado francês, o militar de carreira Francisco Amoroso, que classificou a ginástica em quatro vertentes, a médica, a civil, a militar e a funambulesca, essa última era voltada ao espetáculo e ao lazer. O modelo francês tinha como base a marcha, saltos e corridas além do uso de aparelhos militares (GÓIS, SIMÕES, 2011)

Método Alemão

Tinha sua característica baseada no nacionalismo que era influenciado pelo desejo de unificação da Alemanha dividida do século XIX. Parte do país se encontrava sob o domínio do exército francês comandado por Napoleão Bonaparte. O método de ginástica alemão consistia em 17 exercícios, alguns com aparelhos que depois deram origem a Ginástica Artística (GOIS, SIMÕES, 2011)

Método Sueco

O método sueco tinha por objetivo o desenvolvimento da saúde física por meio das ciências naturais. O método se dividia em quatro partes, são elas: A modalidade médica, a pedagógica, a militar e a estética. Entre os exercícios físicos praticados dentro da escola sueca estavam a barra, banco sueco, flexão de tronco entre outros. (GÓIS, SIMÕES, 2011)

Método Esportivo Inglês

Caracterizou-se por ter como forma principal de educação corporal o esporte no lugar da ginástica como era vivenciada por outros métodos. Os jogos eram praticados preferencialmente ao ar livre e a palavra Sport ganha repercussão como palavra que designa uma série de jogos identificados com a alta classe burguesa da época que tinha uma

característica urbano-industrial. O futebol, o Ruby, o tênis e a natação eram algumas das modalidades esportivas modernas praticadas nesse período.

Educação Física no Brasil

Para uma melhor compreensão sobre a história e a evolução da educação física e o seu segmento dentro da rede de ensino infantil no Recife, se faz necessário estudarmos a divisão histórica do nosso país. Inicialmente começaremos a pesquisa pelo o período colonial brasileiro (1500-1822), em seguida, nosso foco será o Brasil Império (1822 -1890) e por fim iremos compreender as evoluções ocorridas dentro do Brasil República (1889 até os dias atuais).

Esse tipo de didática nos ajudará não somente a entender a história da educação física, mas também sua evolução em nosso país. Tal estudo promoverá um melhor entendimento de todo o contexto político e social que cercavam as questões da educação física como a sua criação, implementação, afirmação, obrigatoriedade em alguns momentos da história do Brasil.

Brasil Colônia (1500-1822)

A mais antiga notícia sobre a Educação Física em terras brasileiras data o ano de sua descoberta, 1500. Tal fato se deve ao relato de Pero Vaz de Caminha, que em uma de suas cartas, relata sobre indígenas dançando, saltando, girando e se alegrando ao som de uma gaita tocada por um português. (SOARES, 2012, p.3-5)

Para Ramos (1983), as atividades físicas dos índios brasileiros tinham um cunho natural, e eram mais ou menos idênticas a todas as civilizações primitivas que já existiram no mundo, pois, suas características principais eram a luta pela sua própria sobrevivência. “Por instinto, sabiam os silvícolas que, na dura luta pela existência, somente os fortes, os de elevado valor corporal, poderiam sobreviver”. (RAMOS, 1983, p. 290). Ramos continua.

A caça e a pesca, a luta e o uso do arco e flecha e do tacape, a navegação e a canoagem, a marcha e a corrida, a dança, a natação e o mergulho sintetizam, sem pormenores, as principais práticas físicas usadas pelos nossos índios, aliás fortes e bem estruturados. Deles disse o padre Simão de Vasconcelos: “por ordinário membrudos, corpulentos, bem-dispostos e forçosos...” (RAMOS, 1983, p. 290).

Marinho (1915), já trazia em seus estudos a análise feita de Ramos (1983) sobre a luta pela existência travada pelos povos indígenas do Brasil ao afirmar a regularidade das batalhas vividas por eles na época. “A guerra era uma atividade constante na vida dos antigos senhores de nossa terra. E, para viver, eles precisavam estar preparados para a luta; o forte impunha respeito e o fraco a nada tinha direito”. (MARINHO, 1915, p. 7).

Já Gutierrez (1985), traz para fins de estudos a classificação das atividades físicas dos povos indígenas brasileiros conforme cinco aspectos, são eles: o natural, o utilitário, o guerreiro, o recreativo e o religioso. O primeiro deles, o natural, se determina pelo seu caráter de sobrevivência mais instintivo como correr para caçar ou fugir do perigo, nadar, atravessar rios, caminhar à procura de alimentos, pescar, guerrear, etc.

O segundo aspecto, o utilitário, se baseava na intencionalidade que os índios tinham de melhorar sua destreza (capacidades físicas) através de “treinos” para assim conseguirem obter um maior sucesso na sua busca diária por alimentos vindos da natureza, especialmente da caça de animais silvestres e da pesca em rios e mares do nosso país. (GUTIERREZ, 1985).

O feitio guerreiro, se materializava principalmente pelo domínio do homem sobre a natureza. Nessa condição, alguns índios já desenvolviam a agricultura e o pastoreio, passando a deixar aos poucos a vida de nômade. Entretanto, outros grupos indígenas passaram a atacar e tomar posse dos excedentes alimentícios dessas tribos que, para se proteger passam agora a dedicar uma maior atenção à segurança do seu território. (GUTIERREZ, 1985).

Por fim, Gutierrez (1985), traz as características recreativas e religiosas. Elas podiam ser observadas dentro das brincadeiras de correr, saltar, das simulações de combate e nas manifestações rítmicas e de dança dos índios, que tinham tanto o caráter lúdico quanto o de homenagem aos deuses aos quais eram cultuados com o movimento corporais diversos ao som de tambores.

Os jesuítas, também tiveram um importante papel no desenvolvimento das atividades físicas no Brasil. Para Chiés (2004, apud, MONTEIRO, 2014), às primeiras aulas de educação física realizadas em território nacional foram os jogos e as brincadeiras desenvolvidas pelos padres Jesuítas dentro das escolas criadas por eles para educação e catequese dos filhos da nobreza e dos índios.

Ainda dentro do período colonial brasileiro não podemos deixar de destacar o legado das atividades físicas desenvolvidas pelos negros, que foram trazidos como força de trabalho escrava para o nosso país. Como exemplo dessas atividades físicas temos a capoeira, que segundo Ramos (1983), surge dentro das senzalas especialmente dos estados do Rio de Janeiro e da Bahia e tinha como característica sua rispidez e seu ritmo.

Brasil Império (1822 a 1889)

Mas foi somente no decorrer do Brasil Império (1822 a 1889) que começaram a surgir os primeiros tratados no âmbito da educação física no país, que na época, ainda era tratada como ginástica. Em 1823, foi lançada em Pernambuco a primeira obra especializada na temática no Brasil, era o "Tratado de educação física e moral dos meninos" Criado por Joaquim Antônio Serpa. Ramos (1983).

Conforme afirma Gutierrez (1985), o tratado englobava a saúde do corpo com a cultura do espírito, propondo assim que os exercícios físicos deveriam ser divididos em dois campos de atuação. O primeiro deles era no campo de atuação dos exercícios para corpo e o segundo seria no campo dos exercícios dedicados à memória. Gutierrez (1985), também entendia a educação moral como assistente da educação física e vice-versa.

Outro fator importante dentro do contexto da educação física no período imperial brasileiro foi a criação em 1837, do Colégio Imperial de Pedro Segundo (CPII), na cidade do Rio de Janeiro. O colégio tinha como objetivo fornecer uma educação diferenciada para os filhos da elite imperial local da época. O CPII foi a primeira instituição de ensino público do país a adotar um currículo que incluía matérias como: música, desenho e ginástica.

Uma formação secundária abrangente e distintiva, própria à elite da época. A distinção pode ser avaliada pelo título conferido aos alunos que finalizavam o curso no colégio, o de bacharel em letras, cuja posse garantia lugar em qualquer uma das academias superiores brasileiras. Já a abrangência da formação oferecida pelo chamado Colégio da Corte pode ser verificada se compararmos o conjunto de saberes por ele contemplado aos conhecimentos oferecidos pela maioria dos outros estabelecimentos secundários do país (CUNHA JUNIOR, 2003 p.67-77)

Mas a partir de 1851, alguns professores começaram a levantar a problemática da aplicabilidade das aulas de ginástica em algumas localidades do país, como afirma Ramos (1983). “Alguns educadores também começaram a chamar a atenção para o problema, surgindo, a partir de 1851, em muitos pontos do território nacional, leis e regulamentos introduzindo a ginástica na escola, embora quase sem aplicação prática” (RAMOS, 1983 p. 292).

Em 1854, temos a criação da Reforma Couto Ferraz. A Reforma (decreto lei nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854) tinha como objetivo a regulamentação das instruções primária e secundária do município da corte. Entre os principais pontos da reforma se destacam: a inspeção

nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, criação das normas para a carreira de professor, o currículo escolar, entre outros aspectos. (BRASIL,1854).

Para Bediaga (2017), o decreto foi a primeira mudança de organização das instruções primária e secundária de ensino do país. Já Pontes (2009), conclui que "a Reforma Couto Ferraz representou não somente o início de um processo de institucionalização da instrução primária e secundária, mas também a consolidação do Estado imperial como promotor e regulador desse processo". (PONTES, 2009 p.113 apud BEDIAGA, 2017, p. 387).

Já em 19 de abril de 1879 temos a aprovação do decreto de nº 7.247 mais conhecido como a Reforma Leôncio de Carvalho, que também tratava da remodelação do ensino primário e secundário no município da Corte. Para Melo e Machado (2009), a reforma Leôncio de Carvalho trouxe inovações em relação à lei anterior (Reforma Couto Ferraz). Os principais destaques eram:

[...] criação de jardins-de-infância para as crianças de 3 a 7 anos (artigo 5º); caixa escolar (artigo 6º); bibliotecas e museus escolares (artigo 7º); subvenção ao ensino particular, equiparação de Escolas Normais particulares às oficiais e de escolas secundárias privadas ao Colégio Pedro II, criação de escolas profissionais de bibliotecas populares e de bibliotecas e museus pedagógicos onde houver Escola Normal (artigo 8º); regulamentação do ensino superior abrangendo a associação de particulares para a fundação de cursos livres em salas dos edifícios das Escolas ou Faculdades do Estado (artigo 22); faculdade de direito (artigo 23; e faculdades de medicina (artigo 24). [...] a Reforma Leôncio de Carvalho levou bem mais longe a inclusão de dispositivos referentes ao funcionamento da educação nas províncias. Assim, o artigo 8º contempla, nas províncias, a subvenção a escolas particulares; a contratação de professores particulares para ministrar os rudimentos do ensino primário; a criação de cursos de alfabetização de adultos e de Escolas Normais; fundação de bibliotecas e museus pedagógicos e de bibliotecas populares; e a criação, nos municípios mais importantes das províncias, de escolas profissionais e de ensino de artes e ofícios. A Reforma previu, também, a abertura, nas províncias, de mesas de exames de preparatórios (artigos 11 e 12) e a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária e secundária (artigo 15). (SAVIANI, 2007, p. 138, apud MELO e MACHADO, 2009, p 296).

Mas somente em 1882 a importância da ginástica passou a ser reconhecida graças ao parecer (nº224), de Rui Barbosa que defendia a ginástica como elemento indispensável para a formação integral do indivíduo, como afirma Ramos. “ O parecer de Rui Barbosa sobre a reforma do ensino primário, considerado, até hoje, peça magnífica na qual a necessidade de desenvolvimento físico e intelectual marcharem paralelos”. (RAMOS, 1983, p.293).

Marinho (1915), outorga em uma de suas obras Rui Barbosa como o “ Paladino da Educação Física no Brasil” devido à amplitude de seu trabalho em defesa da prática de

atividades físicas no país. “A repercussão do trabalho de Rui estendeu-se por muitas décadas, exercendo influência decisiva para que cada uma das suas proposições se convertessem em realidade. (MARINHO, 1915, p.27)

O parecer de Rui Barbosa preconizava em seu conteúdo a instituição de uma secção especial de ginástica em cada escola normal, a obrigatoriedade da ginástica para ambos os sexos, a inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horários distintos, e a equiparação em categorias e autoridades dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas. (RAMOS, 1983).

Não pretendemos formar acrobatas em Hércules, mas de envolver na crença o quantum de vigor physico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da pátria e à dignidade da espécie. A superabundância de força bruta não é nada precisa; porquanto, para todos os trabalhos que demandam grande esforços, temo os nossos cavallos, os nossos bois e as nossas machinas a vapor. » (3) A gymnastica escolar, sem banir de todo os instrumentos, vários dos quaes são convenientes e outros indispensáveis, há de consistir com especialidade em exercicios livre, racionalmente combinados e variados, de maneira que todos os grupos de músculos funcionem harmoniosamente, e as lições se convertam para os alumnos em verdadeiro jogos, divertidos e recreativos. (BRASIL, 1982, p.132)

Brasil República (1890 até os dias atuais)

No início do século XX temos a inclusão da educação física, ainda sob o nome de ginástica, nos currículos escolares de alguns estados brasileiros como: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Mas essa inclusão da ginástica na grade curricular não garante sua aplicabilidade dentro das instituições de ensino na época, como aponta Lima (2012).

A inclusão da Educação Física nos currículos não havia garantido a sua implementação prática, principalmente nas escolas primárias. Embora a legislação visasse tal inclusão, a falta de recursos humanos capacitados para o trabalho com Educação Física escolar era muito grande (LIMA, 2012 p. 152).

Segundo Lima (2012), a educação física desse período era baseada nos métodos europeus como o sueco, o alemão e o francês. Para ele, esses métodos faziam parte de um movimento mais amplo, que envolvia a natureza cultural, política e científica da época. Essa ação ficou conhecida como Movimento Ginástico Europeu, sendo a primeira ordenação científica da educação física no Ocidente. No Brasil, a educação física passa a ter um papel importante para o exército nesse período.

Na década de 30, no Brasil, dentro de um contexto histórico e político mundial, com a ascensão das ideologias nazistas e fascistas, ganham força novamente as ideias que associam a eugeniação da raça à Educação Física. O exército passou a ser a principal instituição a comandar um movimento em prol do “ideal” da Educação Física que se mesclava aos objetivos patrióticos e de preparação pré-militar (LIMA, 2012 p. 152).

Em 1933 o Centro Militar de Educação Física, localizado na cidade do Rio de Janeiro foi reformado e passou a se chamar Escola de Educação Física do Exército. Ramos (1982). Já em 1937 temos a elaboração da primeira constituição nacional que faz referência expressa à educação física como prática obrigatória não apenas como disciplina curricular. Lima (2012).

Art. 131. A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL,1937).

Para Lima (2012) a conjuntura nacional da década de 30 com os processos de industrialização e urbanização do Brasil e o Estado Novo fez com que a educação física ganhasse novas funções dentro da sociedade. “ Nesse contexto, a Educação Física ganhou novas atribuições: fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva, e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade”. (LIMA, 2012 p. 152).

1961 - Primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Em 20 de dezembro de 1961 foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional no país, a lei nº 4024/61, do então ministro da educação, Clemente Mariani. A LDB de 1961 tinha como objetivo oferecer uma educação igualitária como direito de todos. Ela era responsável pela formação e sistematização do conhecimento no âmbito educacional e subordinada às determinações do poder público, segundo previa a constituição nacional da época Cerqueira et al. (2009, p.1 - 6).

No que compete ao ensino da educação física, a LDB de 1961 trazia a sua obrigatoriedade no artigo 22 do capítulo que tratava sobre os sistemas de ensino. “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos”. (BRASIL,1961). O mesmo artigo segue. “Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior”. (BRASIL,1961).

A partir daí o esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física. O processo de esportivização da Educação Física escolar iniciou com a

introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, que já era uma instituição bastante independente, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas (LIMA, 2012 p. 153).

Com o decorrer dos anos a LDB de 1961 recebe algumas alterações nos seus artigos e emendas. Como pode ser observado com o surgimento da Lei nº 5.540/68 que trata mais dos aspectos que envolvia o ensino superior do país, e a lei nº 5.692/71 que abordou o sistema de educação e ensino nos seus níveis de 1 e 2 graus, o ensino supletivo, professores e especialistas e o financiamento da educação. (BRASIL,1961).

A lei 5.692/71 reitera a obrigatoriedade do ensino da educação física em seu artigo sétimo. “Será obrigatório a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, observado quanto a primeira o disposto no decreto lei n 369, de setembro de 1969” (BRASIL, 1971). O decreto 369 trata do 8º Recenseamento Geral do Brasil em 1970.

Em novembro de 1971, através do decreto nº 69.450/71, o governo passa a estabelecer novas diretrizes para a educação física no país como: A sua relação com o sistema de educação nacional, a caracterização dos seus objetivos, sua organização, funcionamento e padrões de referência além do seu currículo, compensação, controle, implantação e seus recursos financeiros (BRASIL,1971).

No que diz respeito à relação da educação física com o sistema de educação nacional, o decreto traz a educação física como uma atividade de meios, processos e técnicas que despertam, desenvolvem e aprimoram as forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais dos estudantes, reiterando a sua obrigatoriedade de ensino no país. (BRASIL,1971). Já quanto ao objetivo da educação física no campo escolar temos:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do sendo moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade. II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios. III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade. § 1º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva. § 3º Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga e do ensino superior (BRASIL,1971).

Educação física quanto a sua organização temos: três aulas de educação física para o ensino primário e médio e duas aulas para o ensino superior, se evitando a concentração das aulas em um dia só ou em dias consecutivos e a duração de 50 minutos cada aula sem contar o tempo de preparação dos alunos para as atividades. Turmas de 50 alunos do mesmo sexo e o espaço de 2 e 3 metros quadrados para os alunos do ensino, primário, médio e superior. (BRASIL,1971)

No segmento de compensação e controle o decreto apresenta como forma facultativa de participação das aulas de educação física programadas. Alunos do curso noturno que comprovem trabalho remunerado onde exerçam jornada de trabalho igual ou maior a seis horas, estudantes que estejam prestando serviço militar na tropa, alunos amparados por laudo médico entre outros critérios. (BRASIL,1971).

1996 - Segunda Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Em 20 de dezembro de 1996 temos a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Sob o número 9.394/96 a nova lei entra em vigor no dia 23 de dezembro do mesmo ano, após a sua publicação no Diário Oficial da União (DOU). A nova lei vem para atualizar e revogar muitos aspectos das legislações anteriores que eram vigentes no país até então. A recente LDB trouxe modificação a todos os capítulos da LDB de 1961.

Entre algumas dessas mudanças podemos observar a troca dos títulos dos capítulos e de objetivos da antiga para a nova LDB. Tais mudanças podem ser vistas a partir da comparação das duas leis de Diretrizes e Bases da educação nacional. Mas, iremos aqui nos ater ao aspecto da educação básica, especificamente no que se trata da educação infantil e a educação física. Vale salientar que serão observadas aqui, as atualizações mais recentes da lei 9.394/96.

Sobre a educação infantil, a mais recente atualização da LDB (lei nº 12.796 de 2013), traz a seguinte definição em seu artigo 29 na seção II. “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2013).

Sobre suas condições e formas de ensino, a LDB delibera que a educação infantil deverá ser oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de 0 até 3 anos de idade, e nas

pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos de idade. Dentro dessa perspectiva, a educação física aparece na Lei de Diretrizes e Bases como de ensino obrigatório dentro da educação infantil no país. (BRASIL, 1996)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO); VI – que tenha prole (BRASIL, 1996).

Apresentada pela LDB a obrigatoriedade do ensino da educação física dentro da educação básica no país, se faz necessário agora compreender como a educação física se materializa dentro da educação infantil. Para isso, é necessário estudarmos outros dois documentos regulatórios da educação nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), são leis que estabelecem a base nacional comum, sendo responsáveis pela orientação, organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino no país. O DCNEB surge das audiências e debates públicos promovidos pela Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação com objetivo de aperfeiçoar a educação nacional. (DCNEB, 2013).

No âmbito da educação infantil, encontramos dentro do DCNEB as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), que tem por objetivo: “O desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (DCNEB, 2013 p.36). Seguindo seu objetivo.

Deve-se entender, portanto, que, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, independentemente das diferentes condições físicas, sensoriais, mentais, linguísticas, étnico-raciais, socioeconômicas, de origem, religiosas, entre outras, no espaço escolar, as relações sociais e intersubjetivas requerem a atenção intensiva dos profissionais da educação, durante o tempo e o momento de desenvolvimento das atividades que lhes são peculiares: este é o tempo em que a curiosidade deve ser estimulada, a partir da brincadeira orientada pelos profissionais da educação (DCNEB, 2013 p.36).

Para atender esse desenvolvimento integral das crianças caberá às unidades de ensino infantil do país, elaborarem seus próprios projeto político-pedagógico atendendo o que está disposto nos artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e nos conceitos orientadores do processo de desenvolvimento da criança que podem ser encontrados no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). (DCNEB,2013)

Nessa etapa deve-se assumir o cuidado e a educação, valorizando a aprendizagem para a conquista da cultura da vida, por meio de atividades lúdicas em situações de aprendizagem (jogos e brinquedos), formulando proposta pedagógica que considere o currículo como conjunto de experiências em que se articulam saberes da experiência e socialização do conhecimento em seu dinamismo, depositando ênfase: I – na gestão das emoções; II – no desenvolvimento de hábitos higiênicos e alimentares; III – na vivência de situações destinadas à organização dos objetos pessoais e escolares; IV – na vivência de situações de preservação dos recursos da natureza; V – no contato com diferentes linguagens representadas, predominantemente, por ícones – e não apenas pelo desenvolvimento da prontidão para a leitura e escrita –, como potencialidades indispensáveis à formação do interlocutor cultural (DCN, 2013 p.37).

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trata-se de um documento normativo que tem por objetivo definir um conjunto orgânico de estratégias progressivas e essenciais para aprendizagem de todos os estudantes ao longo do ciclo da educação básica no país, assegurando-lhes o direito à aprendizagem e o seu desenvolvimento escolar. A BNCC foi criada em 22 de dezembro de 2017 e está alicerçada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) (BRASIL, 2018).

Dentro da normativa da BNCC os alunos devem desenvolver 10 competências gerais ao longo da sua trajetória na educação básica. São elas: Conhecimento, Pensamento científico, crítico e criativo, Repertório cultura, Comunicação, Cultura Digital, Trabalho e Projeto de Vida, Argumentação, Autoconhecimento e Autocuidado, Empatia e Cooperação e Responsabilidade e Cidadania. (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva a BNCC apresenta a educação física sob a forma de linguagem no âmbito da educação infantil. Nessa modalidade de ensino a BNCC propõe três grupos de trabalho, o primeiro deles, são os bebês de 0 a 1 ano e 6 meses, o segundo grupo, são as crianças muito pequenas, de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses. Já o terceiro grupo se encontra na pré-escola. No atendimento de crianças pequenas de 4 a 5 anos e 11 meses. (BRASIL,2018)

A BNCC preconiza que dentro desses grupos de trabalho deverão ser vivenciados os seis eixos estruturantes da educação infantil (interações e brincadeiras), que são: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e o conhecer-se. Esses eixos serão trabalhados na

perspectiva dos cinco campos de experiências. O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. (BRASIL,2018).

Nesse contexto, a educação física pode ser encontrada no ensino infantil dentro do campo de experiência, Corpo, gestos e movimentos. Pois é nesse campo que é encontrado e trabalho a temática do corpo, suas partes e seus movimentos, a promoção da saúde e bem-estar, as brincadeiras e a ludicidade como processo de formação e de aprendizado do indivíduo entre outros aspectos. (BRASIL,2018).

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o participante privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.). (BRASIL, 2018 p. 40).

4.2 Rede municipal de ensino do Recife

Segundo informações repassadas pela Secretária de Educação do Recife, atualmente, a rede pública municipal conta com um total de 485 instituições de ensino, destas, 243 são destinadas a educação infantil que compreende o ensino em creches e pré-escolas distribuídas entre as suas seis Regiões Político Administrativas (RPAs). São elas pela ordem: RPAs centro, norte, noroeste, oeste, sudoeste e sul.

Do total de unidades educacionais do Recife, 95 são creches, que atualmente são responsáveis pelo atendimento de 7.461 estudantes entre 0 a 3 anos de idade. Como determina a LDB em seu artigo 30, inciso I, que discorre sobre a idade nessa modalidade de ensino. “A

educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade”. (LDB,1996, p.22).

Já para o acolhimento das crianças em idade pré-escolar (4 a 5 anos), a cidade do Recife conta com um total de 148 unidades de ensino. Essas unidades atualmente, são responsáveis pela educação de 14.132 estudantes. Se juntarmos as duas faixas etárias de ensino envolvidas, podemos afirmar que a educação infantil do Recife compreende atualmente o atendimento de cerca de 21.593 alunos.

Já no que diz respeito ao quantitativo total de professores que compõem a rede municipal de ensino do Recife, temos os seguintes dados repassados pela secretaria de educação municipal. A prefeitura conta em seu quadro funcional com um total de 6.283 professores sendo que destes, menos de 1% (54), são de professores com formação em educação física plena.

Mediante o número de instituições de ensino e o quantitativo de professores de educação física existentes na rede municipal do Recife, já podemos levantar dois possíveis cenários para a educação infantil do Recife. O primeiro deles seria a existências de professores de educação física no ensino infantil sobrecarregados pelo número de unidades que teriam que ensinar ou então simplesmente a ausência desses profissionais na educação infantil municipal.

Como previsto temos a concretização do segundo cenário. A inexistência de professores de educação física na atuação dentro educação infantil no Recife no que compete o ensino da cadeira, como apresenta a própria nota técnica da secretaria de educação que mostra a existência dos profissionais polivalentes no lugar dos professores de educação física na educação infantil do Recife.

4.3 O Porquê da não utilização do professor de educação física no ensino infantil em Recife?

A ausência dos professores de educação física no ensino infantil não é uma questão simplesmente local. Não são poucas as cidades brasileiras que em sua rede de ensino substituem os professores de educação física por profissionais com o curso Normal Médio ou pedagogos, também conhecidos professores “polivalentes” pela sua característica de ensinar Língua Portuguesa, Matemática, História e Biologia em níveis básicos.

Art. 4º. O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (CNE/CP, 2006, p. 2).

Mas questões econômicas, lacunas na legislação e aspectos políticos podem nos ajudar a explicar a ausência dos professores de educação física no ensino infantil de várias cidades brasileiras, inclusive na capital pernambucana. A primeira questão que pode nos levar a um melhor entendimento sobre o porquê de diversas prefeituras espalhadas pelo país não utilizarem profissionais de educação física no ensino infantil pode ser o aspecto econômico.

Segundo o Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA), em 2021 cerca de 23% dos municípios brasileiros apresentaram em suas contas um déficit, ou seja, gastaram mais do que arrecadaram. O estudo, que reuniu 39 indicadores de informações públicas como saúde e educação dos 5.570 municípios brasileiros, mostrou que a autonomia fiscal média dos municípios brasileiros é de apenas 12,5%.

Isso significa que para cada R\$1,00 em transferências do governo federal, as cidades em média geram R\$ 0,13 centavos de receitas próprias. O que demonstra uma dependência orçamentária, como relata o presidente executivo do IGMA, o senhor, Raimundo Godoy. “A dependência orçamentária da gestão local é evidenciada quando é visto que metade dos municípios brasileiros investem menos de R \$159,70 por mês” (GODOY, 2021, online apud BARROS, 2021, online).

No caso específico da capital pernambucana. A prefeitura da cidade do Recife fechou o ano de 2021 com superávit primário de R\$ 497 milhões. Segundo os dados repassados pela secretaria de finanças do Recife ao jornal Diário de Pernambuco, a gestão municipal reduziu suas despesas em cerca de 10% e aumentou suas receitas totais em 9,5%. (DIÁRIO, 2022).

Já em 2022, o resultado foi de um superávit primário na casa de R\$ 175,37 milhões. De acordo com a própria secretaria de finanças do município, esse foi o segundo melhor desempenho dos últimos 5 anos. Esse balanço apresenta um aumento de total de receitas de 17,86%, sendo destaque a variação positiva 13,9% na arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria (RECIFENAMIDIA, 2023)

Não foi possível nesta pesquisa realizamos um estudo muito mais aprofundado sobre os aspectos financeiros da gestão municipal do Recife por se tratar de questões de ampla complexidade de detalhamento e de burocracia que exigiria um tempo maior de pesquisas e de estudos para obtenção de coleta dos dados, análises contábeis entre outros parâmetros fundamentais para o entendimento financeiro da temática abordada.

Mas, outro fator que pode explicar a ausência do professor de educação física no ensino infantil de diversos municípios brasileiros, inclusive no Recife, se encontra dentro da própria legislação, mas especificamente na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB), que tornou a educação física componente obrigatória no ensino básico, mas não determina que a disciplina seja lecionada por um professor de educação física habilitado no ensino infantil.

A LDB de 96 em seu capítulo segundo, que trata da educação básica, traz no artigo 26, inciso 3º, a temática da educação física e sua obrigatoriedade em toda educação básica no país (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”. (LDB 9.394/96).

Mas a mesma lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino da educação física na educação básica, não determina que a disciplina seja lecionada na educação infantil (creches e pré-escolas) obrigatoriamente por professores de educação física habilitados, como podemos observar na constatação do artigo 62, que trata da formação de professores da educação básica no país.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Essa não normatização por parte da LDB de 96 traz à tona toda uma polêmica sob forma de discussão de quem deveria ministrar as aulas de educação física na educação infantil, professores especialistas ou polivalentes? Esse debate tem diferentes pontos de vista. De um lado os que defendem a presença do professor de educação física habilitado. Por outro lado, os defensores da manutenção dos professores polivalentes a frente educação física infantil. (QUARANTA; FRANCO; BETTI, 2016)

Segundo Rodrigues e Freitas (2008), um dos argumentos para utilização e a continuidade dos professores generalistas à frente da educação física infantil tem por maior objetivo, diminuir as divisões dentro dessa modalidade de ensino, criando assim uma ideia de união de mundo e de seus conhecimentos.

Outra justificativa para a permanência dos (as) professores (as) “generalistas” seria a tentativa de minimizar as dicotomias que surgem na separação das disciplinas, tentando construir uma aprendizagem e uma percepção de mundo mais integrada, não separada em uma realidade matemática, uma física, uma geográfica, uma biológica, mas uma percepção de mundo íntegra, que trabalhe com todos esses fenômenos de forma indissociável. (RODRIGUES; FREITAS, 2008, p.10)

Já para Ayub (2005), a presença de professores habilitados em educação física dentro da educação infantil se faz necessário devido à fragilidade observada dentro da formação dos presentes professores que hoje atuam no ensino das crianças pequenas no seguimento da educação infantil.

Os principais argumentos a favor da presença de especialistas vão no sentido da constatação da precária formação profissional das professoras que atuam na educação das crianças pequenas. Temas relacionados à área da Educação Física raramente são estudados nos cursos de formação de professores, ou, quando são, acabam sendo abordados equivocadamente de forma reducionista a Educação Física é vista como o “momento da brincadeira” (sinônimo de “parque”) ou como o “momento do corpo”, reforçando dicotomias clássicas da tradição racionalista ocidental que separa, confortavelmente, corpo de um lado e intelecto de outro, proclamando, ainda, a superioridade da esfera mental ou intelectual (AYOUB, 2005, p.43)

Essa discussão sobre professor especialista ou generalista parece não ter fim. O fato é que a não normatização por parte da LDB de quem deve ser responsável pelo ensino da educação física no ensino infantil, abre brechas de interpretação para ambos os lados. E o que temos de concreto é uma opção que cada sistema de ensino faz. “A opção pela escolha da qualificação do profissional fica a critério da escola ou do sistema de ensino”. (QUARANTA; FRANCO; BETTI, 2016, p.61)

Por último e não menos importante temos as questões políticas como um terceiro fator que pode nos ajudar a fechar o elo sobre a ausência do professor de educação física na educação infantil no país e especialmente em Recife, tendo em vista a presença de projetos que já tratam dessa regulamentação e não são votados a nível nacional ou são simplesmente vetados pelo poder executivo local.

Entre alguns dos diversos projetos de leis a nível nacional que tratam da temática da obrigatoriedade do professor de educação física na educação infantil temos: O projeto de lei

(PL), nº 116, de 2013. O projeto, encontra-se arquivado no Senado Federal desde o final da legislatura do ano 2018. Conforme dita o artigo 332 do Regulamento Interno do Senado Federal (RISF), “Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado”. (REGULAMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, 2005, p.2)

O PL nº116 (2013), alterava a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, acrescentando-lhe a um dispositivo de exclusividade do ensino da educação física na educação básica a professores de educação física habilitados em cursos de licenciatura. “Os conteúdos curriculares da disciplina educação física na educação básica serão ministrados exclusivamente por professores habilitados em curso de licenciatura em Educação Física”. (LEITE, 2013, online)

Ainda dentro do contexto do legislativo nacional podemos nos deparar com mais projetos de leis parados como a PL 4398/2008, PL 6520/2009, PL 7830/2010 todas essas propostas de leis que alteram a LDB tornando a cadeira de educação física como de ensino exclusivo do professor de educação física formado em nível superior se encontram arquivadas na Câmara de Deputado Federais, em Brasília.

Vale a pena salientar que os projetos de lei 6520/2009 e 7830/2010 foram reunidos dentro da PL 4398/2008 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, por ambos terem o mesmo objetivo. “Determinar em lei esparsa que a disciplina de educação física será ministrada na educação infantil e no ensino fundamental por profissionais detentores de licenciatura plena em educação física” (LIMA, 2008, online)

Após análise da matéria, verificamos que as proposições atendem aos requisitos constitucionais formais que justificam a sua regular tramitação. Trata-se aqui de alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. É competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre educação, cabendo à União o estabelecimento de normas gerais (CF, art. 24, 3 IX e § 1º). Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias de competência da União (CF, art. 48). As iniciativas parlamentares são legítimas, uma vez que o assunto não está reservado a nenhum outro Poder (CF, art. 61).

Igualmente, projetos e substitutivo foram elaborados em conformidade com os demais princípios e regras materiais da Constituição, estando também em acordo com as normas e princípios infraconstitucionais que regem o Direito Brasileiro. No que diz respeito à técnica legislativa, as colocações feitas pelo relator da Comissão de Educação e Cultura foram muito pertinentes. A matéria deve ser tratada no corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e não em lei esparsa. Por isso, justifica-se a rejeição do PL 4.398, de 2008, que ao tratar da matéria de maneira isolada afronta o disposto no art. 7º, inciso IV da Lei Complementar nº 95, de 1998, que pretendeu evitar a inflação legislativa. Quanto aos outros projetos, nenhum reparo a ser feito. O substitutivo, de modo competente, aglutina o disposto em ambos os

projetos e aperfeiçoa a redação. Assim, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa do PL 4.398, de 2008 e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 6.520, de 2009 e nº 7.830, de 2010, nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Educação e Cultura (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2013, p.2).

Mesmo com o parecer de aprovação da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa por parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, os projetos de lei nº 6.520, de 2009 e nº 7.830, de 2010 seguem arquivados na câmara dos deputados federais, em Brasília. A PL 7.830/2010 foi arquivada em 30 de janeiro de 2014 já a PL 6520/2009 teve seu arquivamento em 30 de abril de 2019. (CÂMARA DEPUTADOS FEDERAL, 2022)

O documento mais recente que trata que a educação física no ensino infantil deve ser ministrada por professores de educação física habilitados no ensino superior é o PL 3683/21. Atualmente esse projeto de lei foi incorporado dentro do PL 10442/2018 e que se encontra em tramitação na mesa diretora na câmara de deputados federais, em Brasília desde de o dia 13 de dezembro de 2021 (CÂMARA DEPUTADOS FEDERAL, 2022)

No âmbito local, em Pernambuco, já podemos encontrar algumas cidades que têm projetos e leis em curso que determinam a presença do professor de educação física à frente da educação básica, como é o caso do município de Olinda que se localiza a 10 km da capital pernambucana. A prefeitura da cidade de Olinda sancionou em setembro de 2016 a Lei nº 5980/2016.

Art. 1º - A prática da disciplina educações físicas, no âmbito da educação básica das escolas da rede pública municipal e das escolas privadas do Município de Olinda, deverão ser ministradas exclusivamente por profissionais de educação física, devidamente registrados e habilitados pelo sistema CONFEFE/CREF's.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. (OLINDA,2016)

Já no Recife, podemos encontrar algumas propostas e mais especificamente um projeto de lei que teve em seu parecer o veto total por parte do executivo local em 2021. É o projeto de lei 48/2017. Esse PL determinava a formação em curso superior de Licenciatura em Educação Física para o ensino dessa disciplina na Educação Infantil e no Ensino Fundamental na cidade do Recife (MARIANO, 48/2017).

A PL trazia no seu conteúdo. “Art. 1º Fica obrigatória, para a docência da disciplina de educação física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, a formação em curso superior de Licenciatura em Educação Física”. (MARIANO, 2017, online). O documento segue em seu

parágrafo único. “A obrigatoriedade de que trata o caput deste artigo aplica-se às instituições de ensino públicas e às instituições de ensino privadas”. (MARIANO, 2017, online).

Senhor Presidente, Cumprimentando V. Exa. E usando da prerrogativa que me é conferida pelo Art. 54, inciso V, da Lei Orgânica, venho comunicar ter decidido VETAR TOTALMENTE o Projeto de Lei nº 48/2017, que obriga a formação em curso superior de Licenciatura em Educação Física para a docência dessa disciplina na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Compete privativamente ao Prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal (art. 82, VII da CE). São de iniciativa privativa do Prefeito leis que disponham sobre aumento de remuneração de cargos, funções e empregos públicos, bem como, seu regime jurídico (art. 60, II, letras a e b da Constituição Estadual). Tem--se invasão direta na competência privativa do Prefeito, lei de iniciativa do Poder Legislativo, que crie programa de qualificação e elevação de escolaridade dos servidores municipais, estabelecendo ainda, diretrizes e políticas de qualificação profissional, com o estabelecimento de gratificação adicional à remuneração dos servidores. Ofende, também, a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da separação dos poderes (CF, art. 2º). Embora louvável a iniciativa do ilustre vereador, pelas razões expostas, não há outra alternativa, senão a prerrogativa do Veto Total ao projeto de lei em tela, por vício de constitucionalidade. Na certeza da compreensão do acima exposto, renovo a Vossa Excelência, votos de elevada estima e consideração a essa Casa Legislativa. Atenciosamente (DIÁRIO OFICIAL DO RECIFE, 2021, p. 3).

Como podemos observar existem projetos de leis nos mais diversos segmentos do poder legislativo, seja ele federal ou local que acabam não tendo sua continuidade devido a aspectos políticos como não votação das propostas em tempo como a PL 116, de 2013 que foi arquivada definitivamente devido ao fim da segunda legislatura sem sua votação no senado federal.

O conflito com a constituição, a má técnica legislativa também são aspectos políticos que ocasionaram na rejeição da proposta do projeto de lei 4.398, de 2008 na câmara de deputados federais. E localmente também podemos observar alguns desses aspectos que podem levar alguns projetos de leis ao seu arquivamento ou simplesmente ao veto como foi a PL 48/2017 no Recife.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tentar compreender a ausência do professor de educação física dentro do ensino infantil no Recife, o presente trabalho foi atrás de buscar entender a real importância da atividade física para o homem desde seus primórdios. Vimos que a relação do homem com seu corpo que perpassa inicialmente muito pelo aspecto natural da própria sobrevivência como espécie. O conhecimento do seu próprio corpo e a adaptação do mesmo ao ambiente são alguns dos aspectos dessa fase. Pudemos compreender as atividades físicas como um componente de formação cultural por meio de rituais, danças e expressões corporais mais diversificadas.

Pudemos compreender de forma resumida a relação do homem com a cultura dos esportes desde sua prática até aos seus ensinamentos morais e éticos dentro de cada cultura. Essas informações trazem em si, a importância do que seja educação física para o homem não só como uma área do conhecimento, mas sobretudo como uma forma de educar para obtenção de melhores resultados seja no campo da sobrevivência, expressão cultural, esportes e principalmente na saúde individual e coletiva do homem.

Com o entendimento da história da educação física e a importância das atividades físicas para o homem como espécie, o presente trabalho se propôs a primeiro a identificar a ausência do professor de educação física na educação infantil no Recife e mediante a todos os aspectos e informações demonstrados nesta pesquisa podemos concluir que há sim, uma ausência de professores de educação física na educação infantil do Recife.

Essa constatação pode ser observada dentro dos documentos (normas técnicas), apresentados pela prefeitura da cidade do Recife através da sua secretaria de educação que demonstram a utilização de profissionais polivalentes no lugar de professores de educação física habilitados. Com essa identificação a pesquisa seguiu para a compreensão do segundo aspecto, o porquê dessa ausência de professores de educação física na educação infantil do Recife.

A não utilização de professores de educação física por parte da prefeitura do Recife pode ser respondida mediante a junção de três fatores distintos entre si, mas que juntos ajudam a responder a ausência de professores de educação física na educação infantil do Recife. O primeiro aspecto é o fator financeiro. A colocação de professores de educação física na educação infantil do Recife requer a contratação de mais profissionais, tendo em vista que a quantidade de professores de educação física que compreende a rede municipal de ensino da capital pernambucana é de 54 professores (menos de 1% do total).

Esse quantitativo de professores (54), já são responsáveis pelo atendimento de 243 instituições de ensino, caso fosse acrescido a esses profissionais o ensino em creches e pré-escolas o total de unidades atendidas seria de 485 instituições de ensino o que daria uma média de 8,9 escolas para cada professor ensinar. Uma realidade difícil de ser atendida pelo quantitativo atual de professores de educação física da rede municipal. Por esse fator seria inevitável a necessidade da contratação de mais professores de educação física que nesse caso geraria mais custos para o município.

Diante dessa realidade financeira, diversos municípios do país, inclusive o Recife, se amparam na brecha da legislação. A não obrigatoriedade de professores de educação física no ensino infantil dentro da LDB faz com que as prefeituras do país tendem a não colocar esses profissionais no ensino dentro da educação infantil, priorizando assim a figura do professor polivalente (generalista).

Essa não obrigatoriedade já foi percebida por profissionais e estudiosos da área, que de alguma forma tentam acionar as entidades de classe que por sua vez buscam seus entes políticos sejam eles vereadores, deputados e senadores para uma alteração da LDB nesse aspecto, mas esses agentes políticos acabam por não conseguirem avançar nesse tema por questões como perda de prazo de legislatura para realizar a votação do tema, má técnica legislativa ou até conflitos com a constituição. Esses fatos se enquadram dentro das questões políticas que é o último aspecto que ajuda a explicar a ausência dos professores de educação física na educação infantil.

Por fim, podemos concluir que em 2022 cerca de 21.593 alunos da rede municipal de ensino do Recife entre 0 a 5 anos não tiveram aulas com professores de educação física dentro do campo de experiência, Corpo, gestos e movimentos (educação física). O que pode acarretar

a esses alunos algum tipo de atraso no desenvolvimento dessas crianças caso não sejam observadas as fases motoras reflexiva, rudimentar, fundamental e especializada.

REFERÊNCIAS

AYOUB, Eliana. Narrando experiências com a educação física na educação infantil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 26, n. 3, 2005.

BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 18, p. 381-405, 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1854**. 17 fev.1954

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1879**. 19 abr.1979

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. 23 dez.1996

BARROS, Camila. 23% dos municípios brasileiros apresentam déficit fiscal nas suas contas. Investnews. 14 de maio de 2021. Disponível : <<https://investnews.com.br/economia/23-dos-municipios-brasileiros-apresentam-deficit-fiscal-nas-suas-contas/#:~:text=Segundo%20o%20C3%8Dndice%20de%20Gest%C3%A3o,sobre%20os%205.570%20munic%C3%ADpios%20brasileiros.>> Acesso: de 12 de julho 2022

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 116/2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para dispor sobre a formação dos professores de educação física na educação básica.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho; SOUZA, Thiago Cavalcante de; MENDES, Patrícia Adorno. A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira. **Anais do Ciclo de Estudos Históricos, UESC, Santa Catarina**, 2009.

CHIÉS, Paula V. Iluminando o corpo: As contribuições científicas ao conceito de corpo. Dissertação (Mestrado) – **Escola de Educação Física e Esporte** - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DA CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. Os exercícios gymnasticos no imperial collegio de pedro segundo (1841-1870). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 1, 2003.

DA ROCHA VIEIRA, Suzane. Docência, gestão e conhecimento: conceitos articuladores do novo perfil do pedagogo instituído pela resolução CNE/CP N. 01/2006. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 44, p. 131-155, 2011.

DIAS, João Valdir. BNCC: Educação Infantil. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 8, n. 1, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTIERREZ, Washington. **História da educação física**. Porto Alegre: IPA. 1985

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. – Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LEITE, Otavio. **Projeto de Lei nº 116/2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para dispor sobre a formação dos professores de educação física na educação básica. Brasília: Senado Federal. 21 dez. 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115667>. Acesso em: 01 ago.2022

LEITE, Otavio. **Projeto de Lei nº 6520/2009**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para dispor sobre educação física no ensino infantil, fundamental e médio. Brasília: Câmara dos Deputados. 02 dez. 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=462540>. Acesso em: 02 ago.2022

LIMA, Rubens Rodrigues. Para compreender a história da Educação Física. **Educação e Fronteiras**, v. 2, n. 5, p. 149-159, 2012.

LIMA, Eliene. **Projeto de Lei nº 4398/2008**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de que o requisito para ministrar a disciplina de educação física na educação infantil e ensino fundamental seja a licenciatura plena em educação física. 29 set 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=418040>. Acesso em: 2 ago. 2022

MARINHO, Inezil Penna. **História da educação física no Brasil**. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1915.

OLINDA. **Lei 5980/2016.01** set 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1b9wMRTyOkSAPghMYVVWhBBzuMbSfJ0Hu>> Acesso em: 05 ago. 2022

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a história da educação: considerações acerca do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 34, p. 294-305, 2009. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=NOTAS+PARA+A+HIST%C3%93RIA+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O%3A+CONSIDERA%C3%87%C3%95ES+ACERCA+DO+DECRETO+N%C2%BA+7.247%2C+DE+19+DE+ABRIL+DE+1879%2C+DE+AUTORIA+DE+CARLOS+LE%C3%94NCIO+DE+CARVALHO+&btnG=>> Acesso em 05 ago. 2022

MONTEIRO, Salete. História da educação física e da educação física no Brasil. In: WEBARTIGOS. [S.l]:[s.n],2014. Disponível: <https://www.webartigos.com/artigos/historia-da-educacao-fisica-e-da-educacaofisica-no-brasil/118547/>> Acesso em: 07 ago. 2022.

QUARANTA, Silvia Cinelli; FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro; BETTI, Mauro. Ensino da educação física na educação infantil: dificuldades e possibilidades. **Praxis educacional**, v. 12, n. 23, p. 57-81, 2016.

MARIANO. Projeto de lei 48/2017. Obriga a formação em curso superior de licenciatura em educação física para a docência dessa disciplina na educação infantil e no ensino fundamental. 21 mar 2017. Disponível em: <https://publico.recife.pe.leg.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NjQzNzE=&texto_original=1> Acesso em: 07 ago 2022

RAMOS, Jayr Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

RUBIO, Kátia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 16, n. 2, p. 130-143, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SANTANA, Daniella. Recife tem superávit de R\$ 497 milhões. Diário de Pernambuco. 24 fevereiro de 2022. Disponível: <<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/02/recife-tem-superavit-de-r-497-milhoes.html>> Acesso: 20 de julho de 2022

SIMÕES, J. L.; GÓES JÚNIOR, Edivaldo . **História da Educação Física no Brasil**. 01. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. v. 01. 166p .

SOARES, Everton Rocha. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. **Lecturas: Educación física y deportes**, n. 169, p. 3-5, 2012.

<<https://recifeemdia.recife.pe.gov.br/node/1547>> Acesso: 06 de março de 2023

APÊNDICE**Questionário 01**

- 1 - Qual o número total de escolas da rede municipal?
- 2 - Desse total quantas são de ensino infantil?
- 3 - Quantas dessas escolas estão localizadas na RPA 5?
- 4 - Qual o número total de professores na rede municipal?
- 5 - Quantos desses professores são de Educação Física?
- 6 - Quantos atuam na educação infantil?
- 7 - Em quais escolas da RPA 5 posso encontrar esses profissionais?
- 8 - Caso não exista professores de educação física atuando especificamente na educação infantil quais os profissionais que atuam nesse âmbito?
- 9 - Por que não existem professores de educação física no ensino infantil do Recife? (Caso não exista professores de educação física no ensino) infantil) desde já agradeço a atenção a minha solicitação

Questionário 02

- 1 - Qual o número total de creches da rede municipal?
- 2 - Quantos alunos são atendidos pelas creches do Recife?
- 3 - Qual o número de escolas de pré-escola da Rede municipal?
- 4 - Quantos alunos são atendidos pelas pré-escolas do Recife?

ANEXO

NOTA TÉCNICA – 2022

NOTA TÉCNICA Nº 119/2022

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SEAF

Gerência Geral de Gestão de Pessoas - GGGP

ASSUNTO – Resposta ao Protocolo nº 2022003580020000383 – Portal da Transparência

Em resposta ao Protocolo nº 2022003580020000383 do Portal da Transparência, a Gerência Geral de Gestão de Pessoal presta as seguintes informações.

 Secretaria de Educação Gerência Geral de Gestão de Pessoas Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento da Rede	
QUAL O NUMERO TOTAL DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL?	485
DESSE TOTAL QUANTOS SÃO DE ENSINO INFANTIL?	96
QUANTAS DESSAS ESCOLAS ESTAO LOCALIZADAS NA RPA 5?	62
QUAL O NUMERO TOTAL DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL?	6283
QUANTOS DESSES PROFESSORES SÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA?	54
QUANTOS ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL?	0
EM QUAIS ESCOLAS DA RPA 5 POSSO ENCONTRAR ESSES PROFISSIONAIS?	ESCOLA MUNICIPAL ANDRE DE MELO
	ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO FARIAS FILHO
	ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANTONIO DE BRITO ALVES
	ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO
	ESCOLA MUNICIPAL DE TEJIPIÓ
	ESCOLA MUNICIPAL HUGO GERDAU
CASO NÃO EXISTA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ATUANDO ESPECIFICAMENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL QUAIS OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NESSE ÂMBITO?	POLIVALENTE
POR QUE NÃO EXISTEM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO INFANTIL DO RECIFE? (CASO NÃO EXISTA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO INFANTIL)	
Dados atualizados até 14/06/2022	

Na oportunidade, apresentamos nossas cordiais saudações.

Recife, 17 de maio de 2022.


Maria Costa
 Matrícula 98979-9
 Gerente Geral de Gestão de Pessoas

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE REDE



Recife, 14 de julho de 2022

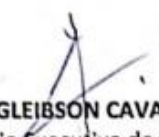
NOTA TÉCNICA - 2022

NOTA TÉCNICA Nº 80/2022

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE REDE – SEGRE

ASSUNTO – Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 2022004650020000383

A Secretaria Executiva de Gestão de Rede – SEGRE, no intuito de subsidiar competente resposta ao Pedido no 2022004650020000383, oriundo do Portal da Transparência, informa que o numero total de creches na rede municipal de ensino é de 95 unidades educacionais, atendendo 7.461 estudantes na modalidade de creche (0 a 3 anos). 148 unidades educacionais ofertam atendimento de pré escola atendendo 14.132 estudantes (4 e 5 anos) totalizando 21.593 estudantes atendidos na educação infantil.


GLEIBSON CAVALCANTI
Secretario Executivo de Gestão de Rede
Secretaria de Educação
Matrícula 114.176-7